

**A CONCORDÂNCIA VERBAL
NA GRAMÁTICA DE USOS DO PORTUGUÊS
(MARIA HELENA MOURA NEVES, UNESP, 2000)**

Angela Rodrigues (USP)

Elias Alves de Andrade (USP)

INTRODUÇÃO

Tendo por objeto de análise a “Gramática de usos do português”, de M. H. Moura Neves, Ed. UNESP, 2000, o objetivo deste trabalho é o de tecer algumas reflexões sobre o tratamento dado à concordância verbal.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A “Gramática de usos do português”, em análise, editada em 2.000 pela Editora da UNESP, resultado de pesquisa realizada pela Prof^a. M. H. de Moura Neves, da UNESP, localiza-se no tempo pelo menos trinta anos após a introdução nas universidades brasileiras de estudos mais sistematizados de lingüística, sejam aqueles de cunho estruturalista; oriundos das escolas européias, como a de Paris, com André Martinet e Bernard Pottier, de Copenhague, com Hjelmslev, e, principalmente, com a funcionalista de Praga, com Brändall, Karcevsky e Roman Jakobson, no campo da fonologia; provenientes dos estados Unidos, como o behaviorismo, com Leonard Bloomfield, Zellig Harris, e mentalismo, com Edward Sapir, dentre outros, tendo esta última corrente inspirado em parte o surgimento da Teoria Gerativo-Transformacional nos anos de 1950, com Noam Chomsky.

Embora a lingüística tenha tido importante papel na mudança quanto aos princípios e métodos de abordagem dos estudos de uma língua, é preciso reconhecer que continuam a existir gramáticas, elaboradas pelos gramáticos, com inspiração ainda nos princípios dos estudos dos filósofos estóicos, em Alexandria (± século II a.C), também conhecida como gramática de tradição greco-latina, tradição pontualmente quebrada, pela gramática filosófica no século XVII, na França, inspiradas nas reflexões de René Descartes e nas escolinhas de Port-Royal, aliás retomadas por Chomsky no século XX.

Este cenário sobre os estudos lingüísticos, especialmente no século XX, não pode absolutamente prescindir da decisiva contribuição de Ferdinand de Saussure que, de certa maneira, em graus diferentes de intensidade, pautou as reflexões, tanto na Europa quanto nos EUA, principalmente a partir do Congresso de Haia em 1928.

(NÃO) REFLEXÕES SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL
NA GRAMÁTICA DE USOS DO PORTUGUÊS

(M. H. MOURA NEVES)

Preliminares (ainda)

A começar pelo título da Gramática “... de usos do português”, pode-se depreender que se trata de um trabalho de clara influência da lingüística moderna por pressupor, primeiro, a língua como algo plural, nada homogênea, aceitando-se seguramente que possui variáveis como: variante padrão, coloquial, gíria, caipira etc.; segundo, que assume formas diferentes: escrita e oral.

Essa postura é reforçada observando-se o que afirma Ferdinand de Saussure (in: Curso de Lingüística Geral, 25ª. Ed.)¹ a propósito de língua: “É, ao mesmo tempo, um **produto social** da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos”. (p. 17) “... pertence ... ao domínio social ...” e, ainda, que a tarefa da lingüística é, dentre outras, “ ... fazer a **descrição** de todas as línguas que puder abranger ... “ (p. 13) (grifo nosso).

No momento em que Saussure assegura que a língua é “um produto social”, remetendo à lingüística a tarefa de realizar sua “descrição”, fica claro seu caráter multifacetado, até porque tem sua gênese no social, e, por outro, que o procedimento a ser adotado no seu estudo é o da “descrição”, ou seja, quem descreve observa o objeto, tenta deslindar sua constituição e funcionamento, sem intervenções de qualquer natureza, ou mesmo manifestação de juízo de valor. Trata-se, pois, da adoção de postura científica ficando, é claro, descartado todo procedimento normativo, não-científico, portanto. M. H.

¹ Respeitou-se, excepcionalmente, neste artigo, a forma de referências bibliográficas exclusivamente no interior do texto.

Neves ainda diz que “... uma gramática de usos não (é), em princípio, normativa” (p. 13).

Se o trabalho elaborado tem por objeto “usos do português”, parece que está assumindo o reconhecimento da língua como heterogênea, sendo produção coletiva em interminável construção e transformação pelos falantes.

Ainda, “o termo língua portuguesa” é bastante ambíguo e se aplica a diversas variedades nitidamente diferenciáveis”, segundo M. A. Perini (**In**: Gramática Descritiva do Português – Ed. Ática, 2002, p. 23) Pode-se, continua “ ... distinguir claramente a fala de um português de Lisboa da um brasileiro de Belo Horizonte; ... de um indivíduo criado na cidade, com segundo grau completo, da de uma pessoa criada no campo e analfabeta.” (p. 23). A língua e suas variáveis, pois, reflete(m) os grupos diversos que a(s) falam (e escrevem), aos quais ela(s) de fato pertence(m).

Na apresentação da “Gramática de usos do português”, a autora afirma que ela “... constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil”. Isto significa que se trata de um estudo eminentemente sincrônico.

E mais, que ela “... parte dos **itens lexicais** e gramaticais da língua e, especificando o seu uso em textos reais, vai compondo a “gramática” desses itens, isto é, **vai mostrando as regras que regem o seu funcionamento em todos os níveis**, desde o sintagma até o texto” (p. 14) (grifo nosso). Neste excerto, o uso mesmo do sintagma nominal “itens lexicais” evidencia a influência da lingüística que, a partir dos anos 50 do século XX, incorporou esta denominação como parte de sua metalinguagem.

Outra influência clara da lingüística é a adoção de que a “construção” da gramática, competência para o gerativismo dá-se com base na observação e explicitação das “regras que regem o seu (da língua) funcionamento. “Observa-se, pois o produto da língua – sintagmas, frases e texto para depreender daí sua (da língua) gramática.

Esta atitude parece refletir posições sobre estudos lingüísticos que vêm desde as dicotomias “meios finitos – produto infinito, “da Gramática filosófica de Port-Royal (séc. XVII), passando por “lín-

gua-fala” de Saussure (início do séc. XX), “competência de desempenho”, no Gerativismo de Chomsky (a partir de meados do séc. XX), até a “teoria do discurso”, mais recente, que, diferentemente das anteriores, têm na frase a unidade máxima de análise, o faz tendo o texto (discurso) enquanto tal, em “todos os níveis” assumindo-se a heterogeneidade como característica da língua.

Em outro momento, a autora diz que: “A meta final, no exame, é buscar os resultados de sentido, partindo do princípio de que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função...” (p. 13), depreendendo-se daí o caráter polissêmico que os itens assumem nos diversos níveis de língua –variáveis em que aparecem. Esta impressão reforça-se mais quando à frente diz que: “As partes se codividem segundo os processos que dirigem e organização dos enunciados para obtenção do sentido do texto: a predicação, a referenciação a quantificação e a indefinição, a função”. (p. 13)

Uma gramática assim construída é, portanto, o resultado do trabalho do lingüista e não do gramático.

Isto pode também ser demonstrado quando nos “objetivos” a autora diz que o estudo tem por meta “... prover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português. É um produto prático, ..., que visa permitir a recuperação da investigação não apenas como conjunto de análises, mas também, como conjunto de proposições” (p. 14). E mais: que “... os resultados pretende-se serem apropriados por toda a comunidade de usuários da língua:

- a) o falante comum, **nas mais diversas situações** (grifo nosso);
- b) o estudioso da língua ...” (p. 14).

Quando aborda as “Bases de análise”, a autora destaca “dois pontos:

1º) a unidade maior de funcionamento é o texto.

2º) Os itens são multifuncionais se “**a real unidade em função é o texto**, o que está colocado em exame é a construção de seu sentido, **numa teia que é mais que mera soma das partes**” (grifo nosso) (p. 14)

Torna-se evidente que, além de esta gramática em análise ser inspirada em princípios lingüísticos, infere-se claramente, parece, que a corrente lingüística que a norteia é a lingüística funcional por tratar, dentre outras questões, o texto como unidade máxima de análise. Esta postura fica ainda mais reforçada pelo fato de a construção do sentido do texto ser vista tendo por base uma “teia que é mais que mera soma das partes”, ou seja, rechaça-se o estruturalismo duas vezes: primeiro, porque por ele a unidade máxima de análise é a frase, que, diga-se de passagem, é também para o gerativismo, a gramática filosófica de Port-Royal e Saussure; segundo, porque o estruturalismo tem por princípio a concepção de língua como uma estrutura composta de partes, que se relacionam de forma solidária e interdependente, de que seu valor, ou sua função, é determinada pela posição que ocupa no todo, ou no texto.

Mais adiante ratifica: “... a interpretação das categorias lingüísticas (é bom lembrar que a autora parte das classes de palavras para estabelecer a “gramática de usos ...”) não pode prescindir da investigação de seu comportamento na unidade maior – o texto, que é a real unidade de função.”

Pode-se afirmar que o reconhecimento do caráter heterogêneo da língua, composta de diversas variantes como expressão viva de vários extratos sociais, atentando-se, dentre outros, evidentemente para aspectos como grau de instrução, idade, sexo, etnia e origem geográfica, conduz à investigação da multifuncionalidade dos usos da língua que pressupõe:

“a) a verificação do cumprimento de diferentes funções da linguagem; e

b) a verificação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidade (desde o texto até os sintagmas menores que a oração)” (p. 18);

Assim, continua, “... para as diversas classes de palavras, não se pode fornecer descrições que tentem resoluções, em todos os casos, no mesmo nível e com vistas à mesma função”.

Ratifica, além do mais, enfim, “... a necessidade de uma investigação gramatical que descreva o comportamento das diferentes classes gramaticais segundo a funcionalidade de seu emprego nos di-

ferentes níveis em que atuam e segundo as funções que exerçam, nos diferentes níveis. (p. 19)

Concordância (enfim)

Chegando à evidente constatação de que, numa gramática de usos do português, que trabalha a língua a partir de classes de palavras, e suas funções nos vários contextos de língua (variantes), dificilmente seria encontrada abordagem sobre concordância verbal, embora a subdivisão de sentenças pressuponha a existência de sintagmas e, dentre estes, o sintagma verbal deve ser contemplado, não restou opção a não ser recorrer a “Índice remissivo” da obra em questão para ver onde está tratado o assunto.

O item lexical “concordância” aparece à p. 1015 deste índice remissivo, indicando as páginas 117, 218, 461, 463, 551, 560, 561 e 753.

Observou-se, então, que todas as ocorrências referem-se à “solidariedade” de constituintes do sintagma nominal (SN), quanto a gênero e número, de substantivos, adjetivos e pronomes (págs. 117, 218, 461, 463, 551, 560 e 561), e conjunções (p. 753), onde, no uso da conjunção “nem ... nem”, afirma-se que: “Sujeitos correlacionados por NEM geralmente levam o verbo, à concordância no plural ...”, ou seja, verbo do SV – Predicado, mas apenas em número, não citando-se pessoa, com o SN – Sujeito, como na frase: “Sei que ele usa expressões que NEM a senhora, NEM eu usamos. (CM)”. (p. 753)

Observa, contudo, a autora que “... pelo efeito negativo ou privativo da soma de elementos efetuados por NEM, o conjunto pode ter efeito singular, e isso ser assinalado no verbo.” A título de exemplo, veja-se a frase: “Uma vez que NEM a ciência NEM a política NEM a religião consegue desembrulha-las, tive de descobrir o meio de fazer isto sem violência. (BOC)”. (p. 753).

Parece que há dois aspectos, pelo menos, que estão em jogo no uso de “nem” o sintático, que indica alternativa de “solidariedade”, ou concordância do verbo – singular ou plural, com sintagmas nominais ligados por “nem”, embora “geralmente” com verbo no plural; e o semântico, que, em razão do foco, talvez, no efeito nega-

tivo ou privativo da soma de elementos efetuada por “nem”, pode levar o verbo para o singular. Neste caso, vale ressaltar que, numa adição com “nem” os argumentos seguem uma direção única, sinalizando o uso de “nem” uma clara indicação de que o segundo elemento, sintagma ou oração, é acrescido ao primeiro e assim sucessivamente.

Por outro lado, assumindo-se que quando se fala em “verbo” – classe de palavra, remete-se a “predicação” – função, a propósito a autora afirma:

“Todas as palavras que constituem o léxico da língua podem ser analisadas dentro da predicação. Os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou relações, e suas categorias são distinguidas segundo suas propriedades formais e funcionais” (p. 23).

E continua:

“O predicado (...) se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística que o falante faz da situação. Estão implicados aí os papéis semânticos e a perspectivação que resolve as funções sintáticas”. (p. 23)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece claro que, numa gramática descritiva de usos do português que aborda “... a língua viva, funcionando e, assim exibindo todas as possibilidades de composição ...” (p. 13), possa ser compreensível o não tratamento da concordância verbal, embora, um processo sintático, mesmo, na perspectiva de visão de língua como algo vário, heterogêneo, produto social resultante de uso efetivo e permanente, portanto em constante transformação, também possa ser abordado sob a mesma inspiração da lingüística vista como ciência, já que o uso das classes de palavras no discurso remete também a uma abordagem funcionalista da língua.

A elaboração de uma gramática que focaliza a língua da forma como foi feita pela autora, privilegiando “os usos”, é uma sinalização tanto no sentido de que sofreu influência da lingüística das últimas décadas, como também, e especialmente, dos estudos sociolin-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

güísticas mais recentes, distanciando-se, conseqüentemente, da tradição gramatical greco-latina.